
Relatório de Gerenciamen to de Riscos Controles Internos e Compliance

Mauricio Roos
31/03/2019

Colophon

Title	Relatório de Gerenciamento de Riscos
Subtitle	Controles Internos e Compliance
Version	1.0
Project	Relatório BACEN 3678
Author	Mauricio Roos
Email	mauricio.roos@dllgroup.com
Date	20/05//2019
Date	31/03/2019
File name	Relatório BACEN 3678
Contact address	Banco De Lage Landen Brasil S.A. Av Soledade 550, 8º Andar Porto Alegre CEP 90470 - 340 Brasil T + (55) 51 2104 1909 www.dllgroup.com

Table of contents

1	Objetivo	4
2	Introdução	5
3	Estrutura de Gerenciamento de Riscos	6
4	Risco de Crédito	8
5	Risco de Mercado	9
6	Risco de Liquidez	10
7	Risco Operacional	11
8	Capital	12
9	Exposições ao Risco de Crédito	13
10	Exposições ao Risco de Mercado	16
11	Informações sobre o Patrimônio de Referência e sua adequação	17
12	Patrimônio de Referência Exigido	20

1 Objetivo

Este relatório atende ao disposto na Circular BACEN 3.678/13 e as Resoluções 4.192/13 e 4.193/13, que estabelecem às instituições financeiras a obrigatoriedade de divulgação de informações referentes à Gestão de Riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR).

2 Introdução

O Banco De Lage Landen Brasil S.A. foi constituído em 06 de março de 2002 e está autorizado a operar com as carteiras de investimento, de crédito, financiamento e de arrendamento mercantil. Sua constituição, formalizada em Ata de Assembleia Geral de Constituição, foi homologada pelo Banco Central do Brasil em 03 de abril de 2002, tendo iniciado suas atividades operacionais em 30 de agosto de 2002.

A controladora direta do Banco é a De Lage Landen Participações Ltda, uma subsidiária do grupo De Lage Landen – que é parte integrante do grupo do Rabobank International.

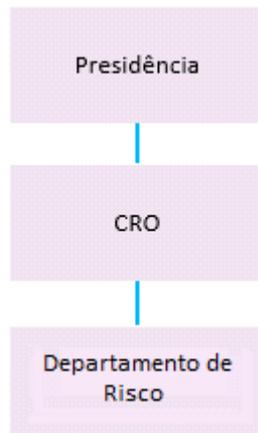
Em 11 de fevereiro de 2016 foi constituída a DLL Corretora de Seguros Ltda, que tem como objetivo a prestação de serviços de corretagens em todos os ramos de seguros, consultoria e serviços técnicos de corretagem, como prestação de assistência e administração de carteira de seguros.

O Banco concentra suas atividades no financiamento de consumidores finais de máquinas e equipamentos, tendo desenvolvido portfólio no segmento primário, beneficiando principalmente produtores rurais. Adicionalmente o Banco atua no segmento de “Tech Solutions”, direcionado a máquinas e equipamentos para escritório e licença de software, “Health Care”, que visa financiamento de equipamentos médico-hospitalares, no segmento de “Construction, Transportation and Industrial”, englobando as atividades de “Machine Tools” e “Materials Handling & Constructions”, que visa financiamentos a indústria de construção e suporte logístico.

3 Estrutura de Gerenciamento de Riscos

O DLL Brasil, aderente à regulamentação do Banco Central do Brasil na adoção dos critérios do Novo Acordo de Capitais (Basileia II), seguindo os preceitos das Resoluções CMN 4.557/17 e suas sucessoras no que diz respeito à atividade de gerenciamento de riscos.

Para cumprir as estipulações regulamentares, possui uma área específica de gerenciamento de riscos (denominada área de Risco), alocada na estrutura da instituição segundo a hierarquia abaixo:



A estrutura responsável pelo gerenciamento de riscos (departamento de Risco) é subordinada à Diretoria Executiva de Gestão de Risco, Crédito e Cobrança – que, por sua vez, responde à Presidência da instituição.

Esta estrutura responde também aos controladores externos – a saber, o *Regional Risk Officer* e à vice-presidência global de Risco do DLL, ambas sediadas em Eindhoven, na Holanda. Dessa forma, as políticas, processos e práticas utilizadas no Brasil são aderentes tanto à legislação do ambiente regulatório brasileiro quanto às políticas globais da instituição.

O monitoramento de riscos é realizado por meio de relatórios gerenciais periódicos pelas áreas de Risco e Financeira, os quais são apresentados à Diretoria Executiva e ao Comitê de Risco com análise específica, comentários e recomendações sobre a exposição do Banco a cada um dos riscos, com respectivos direcionamentos e ações propostas.

Os principais comitês envolvidos com o gerenciamento de riscos são:

- MT Brasil (*Management Team*), que tem como escopo a supervisão geral de todos os negócios em desenvolvimento no Brasil. Sua atuação inclui, entre outras responsabilidades, assegurar o alinhamento das estratégias globais do DLL, coordenar o processo de planejamento das atividades no Brasil e estabelecer as estratégias globais, metas e objetivos de negócios para o Brasil.
- *Local Credit Committee* (LCC ou Comitê de Crédito Local), que tem como escopo a supervisão e deliberação sobre aspectos referentes à concessão de crédito. Sua atuação inclui, entre outras responsabilidades: aprovação de propostas de crédito para clientes finais; aprovação de propostas de estabelecimento de parcerias com fabricantes e concessionários ou recomendação para aprovação por alçada superior no exterior; aprovação de revisões de crédito de clientes finais, fabricantes e concessionários; revisão de clientes em atraso com grande exposição, assim como a definição de provisão dos mesmos.

-
- *Local Risk Committee South America* (LRC SA ou Comitê de Risco Local), que tem como escopo: aprovação de políticas de gestão de riscos para os países da região América do Sul (Crédito, Operacional, Mercado, Liquidez e Socioambiental); revisão de relatórios de gerenciamento de riscos (Carteira de Crédito, Operacional, Mercado, Liquidez e Socioambiental); monitoramento das atividades e incidentes que envolvem Risco Operacional; decisões relacionadas com risco de mercado e de liquidez;
 - *Pricing*, que tem como escopo definir o preço, a estratégia e a competitividade dos produtos do Banco. Sua atuação inclui, entre outras responsabilidades a definição de limites mínimos e metas de preços e o acompanhamento da exposição das taxas com a finalidade de mensurar riscos de mercado.

O DLL prepara revisão dos riscos com a seguinte periodicidade:

- *ERM Dashboard*: acompanhamento trimestral dos indicadores de desempenho das disciplinas de risco, monitorados trimestralmente pelo LRC SA;
- Risco de Crédito: relatório completo anual com monitoramentos mensais, atendendo ao disposto na Resolução CMN 4.557/17;
- Risco Operacional: relatório com periodicidade mínima anual de incidentes de Risco Operacional com respectiva reunião do LRC SA, atendendo ao disposto na Resolução CMN 4.557/17;
- Risco de Mercado e Risco de Liquidez: relatório com periodicidade mínima anual de risco de mercado e liquidez (atendendo ao disposto nas Resoluções CMN 4.557/17).

Os principais riscos relacionados às operações do Banco são os de crédito, mercado, liquidez e operacional. Maiores detalhes sobre o gerenciamento de riscos podem ser consultados no site www.bancodll.com.br.

4 Risco de Crédito

O risco de crédito decorre do risco da contraparte de não honrar compromisso contratado, da degradação de garantias e da concentração em cliente ou setor. A área de Crédito é responsável pela avaliação do risco de crédito presente nas operações. A área de Risco tem o papel de definir e propor os limites máximos para assunção de tais riscos, estabelecidos nas políticas de crédito da instituição, além de definir – através das políticas de crédito e de risco de crédito da instituição – quais são os procedimentos adequados para a tomada deste risco.

A política de risco de crédito do DLL segue as políticas globais determinadas pela corporação, adaptando-as à legislação brasileira – especialmente ao que disciplina a Resolução CMN 4.557/17. Desta maneira, o cálculo de alocação de capital para risco de crédito obedece às regras instituídas pelo BACEN segundo a modelagem padrão. Além destas postulações, o Banco segue as definições da Resolução CMN 2.682/99, permitindo a classificação de risco de toda a base de clientes da instituição. As áreas de concessão de crédito utilizam-se de critérios internamente definidos para definição de decisões de crédito a clientes.

O DLL é um *asset based finance company* e por isso possui especialização nas suas áreas estratégicas de atuação (Unidades de Negócio). Sua atuação é fundamentada na capacidade de avaliar o risco de seus clientes associado ao seu segmento de atuação em conjunto com o seu profundo conhecimento (global e local) do risco de depreciação dos ativos-base financiados.

O DLL avalia o risco de crédito de seus clientes finais utilizando-se das seguintes ferramentas de suporte, as quais embarcam o seu conhecimento desenvolvido ao longo dos anos:

- Aprovação automática de crédito: utiliza-se de informações externas e filtros internos que refletem os fatores de risco associados e respectivos mitigantes resultantes no score de crédito. Utilizada para avaliação do risco de crédito de pessoas físicas e jurídicas de todas as Unidades até determinado limite máximo;
- Aprovação manual de crédito: Sistema NEO, que se utiliza do score de crédito e avaliação de indicadores financeiros como solvência, capacidade de pagamento do serviço da dívida, além da estrutura da operação. Utilizada para avaliação do risco de crédito de pessoas físicas e jurídicas de todas as Unidades.

Além dos fatores acima, o DLL avalia e utiliza como fatores ponderadores do risco de crédito os seguintes itens (com mais ou menos peso dependendo da Unidade de Negócio):

- Risco de origemação pelo concessionário;
- Risco de origemação pelo fabricante;
- Risco associado à região de localização do cliente;
- Participação no risco de crédito do parceiro fabricante;
- Análise do gap de garantias ao longo da vida útil do contrato;
- Histórico de pagamentos do cliente final com o DLL;
- Sindicância cadastral externa.

O DLL utiliza metodologia própria de atribuição de classificação do risco de crédito, desenvolvida a partir da metodologia oficial utilizada no Brasil (Resolução CMN 2.682/99 e correlatas). Seguindo as normativas oficial e interna os clientes, concessionários e fabricantes tem suas classificações revisadas periodicamente a fim de manter a classificação refletindo o risco de crédito.

O DLL possui uma área de Cobrança estruturada para atender a sua abrangência nacional, o qual conta com pessoal interno e externo. A recuperação de um crédito é de responsabilidade da área de Cobrança, que é dividida em duas áreas:

Cobrança Administrativa: até 90 dias de atraso no caso das carteiras F&A e 60 dias para as carteiras de diversificação.

- Cobrança Judicial: após esse período, são determinadas e tomadas as medidas judiciais cabíveis e eventual retomada e revenda do bem financiado e garantias adicionais existentes, processo esse gerido por área específica. Pontualmente casos podem ser encaminhados a medidas judiciais antes desse prazo quando apresentado indícios de dificuldade de pagamento por parte do cliente.
- O DLL possui mecanismos de incentivo de recuperação de crédito junto aos seus concessionários e áreas associadas.

5 Risco de Mercado

Risco de mercado é a exposição criada por potenciais flutuações nas taxas de juros, taxas de câmbio, preços cotados em mercado e outros valores, e em função do tipo de produto, do volume de operações, prazo e condições do contrato e da volatilidade subjacente.

O DLL implementou a política de gerenciamento de risco de mercado, consoante com a regulamentação baseado na Resolução CMN 4.557/17. A área de Risco monitora de forma independente das áreas executoras os níveis de riscos de mercado, bem como a aplicação dos procedimentos instituídos em políticas corporativas. O Banco se encontra apto a atender as exigências do BACEN que tratam da estrutura de gerenciamento do risco de mercado.

A Política de Gestão de Risco de Mercado (PL6 – Capítulo 4) define normas, regras e responsabilidades referentes ao risco de mercado. A Política estabelece medidas e institui instrumentos de controle com vistas a subsidiar a análise econômico-financeira, avaliar e quantificar a possível ocorrência de desequilíbrios entre ativos e passivos exigíveis – descasamentos entre pagamentos e recebimentos – que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, em consonância com o disposto na regulamentação associada do Banco Central do Brasil que visa reduzir o risco referente à:

- Operações vinculadas à variação cambial (o risco de taxa de câmbio representa a possibilidade de perda financeira em decorrência de variações na taxa de câmbio como descasamento em carteira indexada a alguma moeda estrangeira);
- Taxas de juros (o risco de taxa de juros representa a possibilidade de perda financeira em função de variações de taxas de juros – flutuação das taxas de juros sobre as aplicações, o portfólio e captações no mercado financeiro, em função das políticas macroeconômicas e turbulências do mercado);
- Preços de ações e de mercadorias (commodities). O DLL não possui exposição ao risco de commodities.

Dada a característica da operação do DLL, as exposições a risco de mercado não são consideradas relevantes. Entretanto, os procedimentos adotados pela instituição para o gerenciamento de risco de mercado garantem que – em eventual crescimento das exposições – estas estejam plenamente controladas a contento.

6 Risco de Liquidez

Monitorar o Risco de Liquidez permite ao Banco antecipar-se à falta de *funding*, garantindo assim a sua estabilidade financeira e menores custos financeiros e operacionais. Simulações diárias do comportamento do Fluxo de Caixa Projetado versus a simulação de cenários permitem visualizar os momentos críticos de necessidade de caixa – ou até mesmo o excedente de caixa.

As evidências de liquidez são geradas por intermédio de modelos técnicos, os quais são de uso das áreas Financeira e de Risco. Para gerir esses processos o DLL mantém a política de Risco de Liquidez (PL 06, Capítulo 7) e política de Plano de Contingência – Gerenciamento de Liquidez em Momento de Crise (PL 07, Capítulo 2).

Ferramentas utilizadas para o Gerenciamento do Risco de Liquidez e do Risco de Mercado:

- EVE: O Banco DLL aplica instrumentos para mensurar e gerenciar as suas posições de ativos e passivos de acordo com o nível de complexidade de suas operações. A instituição utiliza desde julho de 2013 o modelo EVE – que se fundamenta no valor econômico das operações sujeitas à variação de taxas de juros (EVE), considerando-se o valor econômico como o valor presente dos ativos menos o valor presente dos passivos. O objetivo do modelo é fornecer uma medida de risco decorrente da manutenção de descasamentos em taxa de juros das operações classificadas como banking que são usualmente, carregadas até o seu vencimento. Foram consideradas as exposições em taxas de juros das operações classificadas na carteira banking, de acordo com os valores alocados em vértices, marcados a mercado. Ainda, para o perfeito acompanhamento da exposição a risco de liquidez, o DLL adicionalmente faz uso dos modelos VaR – a fim de acompanhar e cruzar efetivamente suas exposições.
- Teste de Estresse (ou *Stress test*): analisa os efeitos de movimentos extremos, porém plausíveis e pré-definidos nos fatores de risco de mercado sobre o lucro e o prejuízo de posições mantidas pelo Banco. As simulações são feitas através do sistema Integral Trust, o qual leva em consideração possíveis cenários da economia, bem como cenários extremos.

Dada a característica da operação do DLL, as exposições a risco de mercado não são consideradas relevantes. Entretanto, os procedimentos adotados pela instituição para o gerenciamento de risco de liquidez garantem que – em eventual crescimento das exposições – estas estejam plenamente controladas.

7 Risco Operacional

Risco operacional é a probabilidade de perdas financeiras decorrentes de falhas ou inadequação de pessoas, processos e sistemas, ou quaisquer outras situações adversas de mercado.

O Banco DLL, preocupado com as melhores práticas do sistema financeiro, instituiu política Corporativa que versa sobre o Gerenciamento do Risco Operacional. Esta política encontra-se devidamente aprovada pela Diretoria observando-se os preceitos dos dispositivos do Novo Acordo de Mensuração de Capital - Basileia II, ratificados no Brasil pela Resolução CMN 4.557/17 e dispositivos complementares.

A Política Corporativa de Risco Operacional (PL6 – Capítulo 2) tem por objetivo concentrar em uma única fonte os princípios e práticas que conduzem um prudente gerenciamento de risco operacional. Além disso, a política também se destina a estabelecer medidas, responsabilidades e parâmetros voltados ao desenvolvimento de controles apropriados a prevenção e mitigação dos riscos inerentes às atividades de risco operacional.

O sistema de gerenciamento de risco operacional conta com o apoio das diversas unidades do Banco e é fundamentado em procedimentos aplicados aos principais processos de negócios, sendo todas as áreas de negócios do Banco responsáveis na observação dos riscos operacionais respectivos às suas funções, inclusive no reporte desses eventos.

Cabe a área de Risco a responsabilidade pela gestão central do Risco Operacional, registrando e monitorando os aspectos gerais referentes ao tema, bem como coordenar com as diversas áreas envolvidas a correta aplicação dos procedimentos instituídos em política, reportando matricialmente à Administração todos os eventos identificados como possíveis riscos operacionais.

Os incidentes/ocorrências relacionados ao Risco Operacional são relatados tão logo sejam identificados. As informações sobre incidentes precisam ser registradas na ferramenta Archer (*Archer tool*), de uso global pelo DLL. Reportar incidentes é obrigatório para:

- Incidentes com perda ou ganho direto potencial inicial de € 10.000 ou mais. Isto também inclui “quase perdas” (*near misses*);
- Casos de fraude interna ou externa não relacionadas a risco de crédito. Esses casos demandam relatório, independentemente do valor da perda;
- Incidentes que tenham sobreposição com Risco de Crédito, e exista um LSR (*Loan Strategy Report*). Somente o valor que se refira ao risco operacional deve ser levado em conta no registro.

O DLL calcula seu capital seguindo as BR GAAP (regras de contabilização brasileiras), que adota as recomendações da Basileia II de acordo com as regulamentações do BACEN. Da mesma forma, o DLL também calcula seu capital por meio das regras IFRS (regras internacionais de contabilização) para cumprir com as regulamentações do DNB (através do De Lage Landen Internacional), também concernentes às normas de Basileia II.

O Grupo Rabobank, globalmente, tem por objetivo o padrão mais avançado de Risco Operacional (AMA) junto ao DNB (*Dutch National Bank – Banco Central Holandês*), que é baseado em modelos internos de gestão de riscos operacionais. No Brasil, dada a sua baixa complexidade de operação, o DLL utiliza a Abordagem Padronizada Alternativa.

Essa abordagem utiliza o saldo das operações de crédito (varejo e comercial) no cálculo, sendo que as contas do Cosif utilizadas são: Classificação da Carteira de Crédito; Títulos e Valores Mobiliários; e Instrumentos Financeiros Derivativos. O ponto fundamental dessa abordagem é a correta classificação de operações entre as carteiras varejo e comercial; para isto, o DLL classifica as operações a partir dos dados disponíveis na sua carteira.

O DLL realiza o cálculo desta parcela via sistema informatizado (Integral Trust) para cálculo da parcela de capital referente a risco operacional.

8 Capital

Desde a implementação pelo BACEN dos preceitos de Basileia II no Brasil, o DLL adota as melhores práticas relacionadas à sua alocação de capital para riscos. Atualmente, a instituição segue o disposto na Resolução CMN 4.193/13, que orienta que o capital requerido como patrimônio de referência tenha a seguinte composição:

$$RWA = RWA_{CPAD} + RWA_{CIRB} + RWA_{MPAD} + RWA_{MINT} + RWA_{OPAD} + RWA_{OAMA}$$

As abordagens para os cálculos das parcelas de cada risco estão de acordo com os modelos propostos pela regulamentação brasileira. No caso de risco de crédito, mercado e liquidez, são utilizados os modelos padrão determinados pela própria Resolução CMN 4.193/13 e suas dependentes circulares e cartas-circulares vigentes.

Uma vez que a instituição usa somente os modelos padronizados de alocação de capital, as parcelas RWA_{CIRB} , RWA_{MINT} e RWA_{OAMA} possuem seus valores zerados.

No capítulo 12 deste documento são detalhados os valores de cada parcela.

Exposição ao Risco	mar/19	%	dez/18	%
	4.972.643		4.841.274	
Ativos Ponderados de Risco de Crédito (RWA_{CPAD})	4.699.257	94,50%	4.666.812	96,40%
Ativos Ponderados de Risco de Mercado (RWA_{MPAD})	3.822	0,08%	3.372	0,07%
Ativos Ponderados de Risco de Crédito (RWA_{opad})	269.565	5,42%	171.089	3,53%
	0		0	

9 Exposições ao Risco de Crédito

Nas tabelas seguintes são demonstradas as diferentes exposições a risco de crédito, conforme requerido pela Circular BACEN 3.678/13.

I - Risco de Crédito - Exposição no trimestre – R\$ mil

Abertura dos Ativos ponderados	mar/19	dez/18
FPR de 0%	0	0
FPF de 10%	0	140
FPF de 15%	0	0
FPF de 20%	0	0
FPF de 50%	78.728	77.297
FPF de 75%	98.939	121.068
FPF de 100%	2.778.710	2.718.204
FPF de 125%	0	0
FPF de 150%	0	0
FPF de 250%	1.742.880	1.750.104
FPF de 300%	0	0

II - Concentração da Carteira de Crédito nos Maiores Devedores – Em R\$ mil

	mar/19		dez/18	
	Exposição	% da Carteira	Exposição	% da Carteira
10 maiores devedores	167.062	3%	184.336	3%
100 maiores devedores	710.423	13%	759.010	14%

III- Prazo a decorrer das Operações – Em R\$ mil

	mar/19				dez/18			
	Até 6 meses	Acima 6 meses até 01 ano	Acima de 01 ano até 05 anos	Acima 05 anos	Até 6 meses	Acima 6 meses até 01 ano	Acima de 01 ano até 05 anos	Acima 05 anos
Pessoa Física	110.144	64.961	2.345.865	1.773.679	131.881	80.930	2.329.364	1.623.086
Crédito Rural	110.028	64.590	2.341.267	1.773.665	131.733	80.780	2.326.075	1.623.073
Outros	116	371	4.598	13	149	150	3.288	13
Pessoa Jurídica	381.913	45.352	496.783	123.429	485.809	34.324	512.107	128.494
Crédito Rural	5.073	7.217	111.090	100.955	10.418	3.736	125.431	98.164
Capital de Giro	129.454	4.423	-	-	110.143	-	-	-
Outros	247.386	33.712	385.694	22.475	365.249	30.588	386.675	30.330

IV - Montante de Operações em Atraso por Região - Em R\$ mil

	mar/19					dez/18				
	Atraso entre 15 e 60 dias	Atraso entre 61 e 90 dias	Atraso entre 91 e 180 dias	Atraso entre 181 e 360 dias	Atraso Acima de 360	Atraso entre 15 e 60 dias	Atraso entre 61 e 90 dias	Atraso entre 91 e 180 dias	Atraso entre 181 e 360 dias	Atraso Acima de 360
	CENTRO OESTE	8.894	1.049	2.166	1.212	-	5.264	2.137	3.230	1.489
NORDESTE	2.324	343	1.149	1.457	130	2.337	879	1.456	1.100	130
NORTE	3.832	1.235	1.467	2.629	-	244	-	2.450	472	-
SUDESTE	9.415	624	6.131	9.865	288	11.004	2.674	5.407	8.175	288
SUL	8.511	491	3.618	7.414	99	6.278	1.970	8.339	3.738	206

V - Montante de Operações em Atraso por Setor Econômico - Em R\$ mil

	mar/19					dez/18				
	Atraso entre 15 e 60 dias	Atraso entre 61 e 90 dias	Atraso entre 91 e 180 dias	Atraso entre 181 e 360 dias	Atraso Acima de 360	Atraso entre 15 e 60 dias	Atraso entre 61 e 90 dias	Atraso entre 91 e 180 dias	Atraso entre 181 e 360 dias	Atraso Acima de 360
	Agropecuário	24.230	3.522	12.801	17.843	386	12.505	7.056	19.820	10.463
Alimentos e bebidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Automotivo	-	-	80	-	-	80	-	-	-	-
Comércio	2.810	-	626	-	-	475	-	-	-	-
Construção e imobiliário	638	-	444	448	-	680	78	589	36	-
Educação, saúde e outros serviços	1.352	-	-	-	-	1.557	-	-	-	-
Eleticidade, gás, água e esgoto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Eletroeletrônicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Madeira e móveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mineração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	1.709	220	304	190	-	7.150	-	190	388	-
Papel e celulose	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoa física (Cartão de crédito/C	-	-	128	4.087	-	1.031	-	2	4.087	-
Petróleo e gás natural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Químico e petroquímico	-	-	-	-	130	-	-	-	-	130
Serviços privados	2.216	-	63	9	-	91	63	107	-	-
Siderurgia e metalurgia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Telecomunicações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Têxtil e confecções	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transportes	20	-	86	-	-	1.559	462	173	-	-

VI - Fluxo de Operações Baixadas para prejuízo no trimestre – Em R\$ mil

Setor/Mês	mar/19	dez/18
Prejuízo	8.561	13.422
Agropecuário	7.749	13.263
Alimentos e bebidas	-	-
Automotivo	-	-
Comércio	-	-
Construção e imobiliário	178	105
Eletroeletrônicos	-	-
Financeiro	-	-
Madeira e móveis	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-
Mineração	-	-
Papel e celulose	-	-
Petróleo e gás natural	-	-
Químico e petroquímico	-	-
Educação, saúde e outros serviços	-	-
Serviços privados	72	54
Siderurgia e metalurgia	-	-
Telecomunicações	-	-
Têxtil e confecções	-	-
Transportes	173	-
Pessoa física (Cartão de crédito/C	2	-
Outros	388	-
Eleticidade, gás, água e esgoto	-	-

VII - Evolução da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa no Trimestre – Em R\$ mil

Setor	mar/19			dez/18		
	Saldo Inicial	Constituição Líquida do Trimestre	Saldo final	Saldo Inicial	Constituição Líquida do Trimestre	Saldo final
	142.261	1.200	143.461	146.299 -	4.037	142.261
Agropecuário	124.671 -	241	124.430	126.014 -	1.342	124.671
Alimentos e bebidas	219	1.706	1.925	179	40	219
Automotivo	125 -	3	122	28	97	125
Comércio	1.845 -	117	1.728	1.453	392	1.845
Construção e imobiliário	1.100	2	1.102	1.240 -	140	1.100
Educação, saúde e outros serviços	688	30	717	648	40	688
Eletroeletrônicos	2 -	0	1	2 -	0	2
Financeiro	23	12	35	20	2	23
Madeira e móveis	12	0	12	12 -	0	12
Máquinas e equipamentos	59	29	89	25	34	59
Mineração	-	-	-	0 -	0	-
Outros	4.958 -	69	4.889	4.865	93	4.958
Papel e celulose	34 -	11	23	45 -	11	34
Pessoa física (Cartão de crédito/Ci)	5.735	28	5.763	5.741 -	5	5.735
Petróleo e gás natural	54	438	493	61 -	7	54
Químico e petroquímico	142 -	1	141	100	42	142
Serviços privados	1.318 -	228	1.090	1.504 -	186	1.318
Siderurgia e metalurgia	2 -	1	2	3 -	1	2
Telecomunicações	153 -	8	145	158 -	5	153
Têxtil e confecções	11 -	2	9	5	6	11
Transportes	1.110 -	364	746	4.195 -	3.085	1.110

VIII - Operações com Característica de Concessão de Crédito por Região - Em R\$ mil

	mar/19			dez/18		
	Total carteira		5.395.263	Total carteira		4.996.134
	Crédito Rural	Capital de Giro	Outros	Crédito Rural	Capital de Giro	Outros
Pessoa Física	4.342.480	-	9.313	4.209.970	-	8.718
CENTRO OESTE	917.662	-	2.704	896.595	-	2.497
NORDESTE	174.178	-	1.470	172.721	-	1.309
NORTE	103.157	-	-	99.914	-	-
SUDESTE	1.357.740	-	4.503	1.305.847	-	4.533
SUL	1.789.743	-	636	1.734.892	-	380
Pessoa Jurídica	228.423	140.211	696.041	238.209	111.365	827.001
CENTRO OESTE	56.900	25.919	69.448	60.665	17.310	84.146
NORDESTE	19.563	7.708	63.318	20.801	5.868	71.554
NORTE	1.556	5.005	14.431	1.406	5.021	16.088
SUDESTE	77.042	48.352	403.151	80.330	37.414	473.833
SUL	73.363	53.227	145.693	75.007	45.751	181.379

10 Exposições ao Risco de Mercado

O Banco DLL não opera comprando e vendendo instrumentos financeiros, produtos e outras carteiras como títulos e ações, nem atua no mercado de derivativos. Portanto, não precisa ter análises de sensibilidade da carteira de investimentos.

O DLL trabalha somente com *banking book* (100%) e, portanto, não possui operações classificadas como trading book.

O DLL não possui captação direta do público em geral, sendo que as funções da Tesouraria são restritas pelas políticas do Grupo.

O Banco possui *swap* em sua carteira somente para efeito de *hedge* de sua dívida subordinada, captada em dólares americanos.

11 Informações sobre o Patrimônio de Referência e sua adequação

O Patrimônio de Referência (PR), utilizado para verificar o cumprimento dos limites operacionais determinados pelo Banco Central do Brasil, é calculado a partir da soma do PR Nível I e do PR Nível II – seguindo metodologia definida na Resolução CMN 3.444/07.

Patrimônio de Referência – em R\$ mil

	mar/19
Patrimônio Líquido	907.579
(-) Redução dos ativos diferidos	-
(-) Ajuste Crédito Tributário	1.265
(=) Patrimônio Referência Nível I	906.314
(+) Patrimônio Referência Nível II	-
(=) Patrimônio Referência	906.314
Dívida subordinada	-

O capital social, totalmente subscrito, está representado por 456.767.074 ações ordinárias e nominativas sem valor nominal.

Abaixo, segue a demonstração da composição do Patrimônio de Referência e as informações sobre a sua adequação, no formato exigido pela Circular BACEN 3.678/13.

Capital Principal: instrumentos e reservas	Valor (R\$ mil)
Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal	456.767
Reservas de lucros	428.909
Outras receitas/Despesas e outras reservas	21.903
Outras receitas e outras reservas	172.234
Outras Despesas e outras reservas	150.331
<i>Instrumentos autorizados a compor o Capital Principal antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013</i>	0
Participação de não controladores em subsidiárias integrantes do conglomerado, não dedutível do Capital Principal	0
Capital Principal antes dos ajustes prudenciais	907.579

Capital Principal: ajustes prudenciais	Valor (R\$ mil)
Ajustes prudenciais relativos a apreçamento de instrumentos financeiros	0
Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	0
Ativos intangíveis	0
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e os originados dessa contribuição	1.265,24
Ajustes relativos ao valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge de fluxo de caixa de itens protegidos que não	0
Diferença a menor entre o valor provisionado e a perda esperada para instituições que usam IRB	0
Ganhos resultantes de operações de securitização	0
Ganhos ou perdas advindos do impacto de mudanças no risco de crédito da instituição na avaliação a valor justo de itens do passivo	0
Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido	0
Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Principal, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sin	0
Investimentos cruzados em instrumentos elegíveis ao Capital Principal	0
Valor agregado das participações inferiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de insti	0
Participações superiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras	0
Mortgage servicing rights	0
Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização,	0
Valor que excede a 15% do Capital Principal	0
do qual: oriundo de participações no capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras	0
do qual: oriundo de direitos por serviços de hipoteca	0
do qual: oriundo de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras	0
Ajustes regulatórios nacionais	0,00
Ativos permanentes diferidos	0,00
Investimento em dependências, instituições financeiras controladas no exterior ou entidades não financeiras que componham o conglomerado, em	0
Instrumentos de captação elegíveis ao Capital Principal emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por insti	0
Aumento de capital social não autorizado	0
Excedente ao valor ajustado de Capital Principal	0
Depósito para suprir deficiência de capital	0
Montante dos ativos intangíveis constituídos antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	0
Excesso dos recursos aplicados no Ativo Permanente	0
Destaque do PR	0
Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Principal para fins regulatórios	0
Ajustes regulatórios aplicados ao Capital Principal em função de insuficiência do Capital Complementar e de Nível II para cobrir deduções	0
Total de deduções regulatórias ao Capital Principal	1.265,24
Capital Principal	906.314

Capital Complementar:	Valor (R\$ mil)
instrumentos	
Instrumentos elegíveis ao Capital Complementar	0
dos quais: classificados como capital social conforme as regras contábeis	0
dos quais: classificados como passivo conforme as regras contábeis	0
<i>Instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013</i>	0
Participação de não controladores em subsidiárias integrantes do conglomerado, não dedutível do Capital Complementar	0
<i>dos quais: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013</i>	0
Capital Complementar antes das deduções regulatórias	0
Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Capital Complementar, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma agregada	0
Investimentos cruzados em instrumentos elegíveis ao capital complementar	0
Valor agregado dos investimentos inferiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou de instituições superiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou de instituições financeiras	0
Ajustes regulatórios nacionais	0
Instrumentos de captação elegíveis ao Capital Complementar emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras	0
Participação de não controladores no Capital Complementar	0
Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Complementar para fins regulatórios	0
Ajustes regulatórios aplicados ao Capital Complementar em função de insuficiência do Nível II para cobrir deduções	0
Total de deduções regulatórias ao Capital Complementar	0
Capital Complementar	0
Nível I	906.314
Instrumentos elegíveis ao Nível II	0
<i>Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013</i>	0
Participação de não controladores em subsidiárias integrantes do conglomerado, não dedutível do Nível II	0
<i>dos quais: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013</i>	0
Excesso de provisões em relação à perda esperada no IRB	0
Nível II antes das deduções regulatórias	0
Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Nível II, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	0
Investimentos cruzados em instrumentos elegíveis ao Nível II	0
Valor agregado dos investimentos inferiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou de instituições superiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou de instituições financeiras	0
Ajustes regulatórios nacionais	0
Instrumentos de captação elegíveis ao Nível II emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras	0
Participação de não controladores no Nível II	0
Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Nível II para fins regulatórios	0
Total de deduções regulatórias ao Nível II	0
Nível II	0
Patrimônio de Referência (Nível I + Nível II)	906.314
	4.699.257
	3.822
	269.565
Total de ativos ponderados pelo risco	4.972.643

Índices de Basileia e Adicional de Capital Principal	%
Índice de Capital Principal (ICP)	18,23%
Índice de Nível I (INI1)	18,23%
Índice de Basileia (IB)	18,23%
Valor total de Capital Principal demandado especificamente para a Instituição (% dos RWA)	8,000%
do qual: adicional para conservação de capital	2,500%
do qual: adicional contracíclico	0
do qual: adicional para instituições sistemicamente importantes em nível global (G-SIB)	0
Capital Principal disponível para Suprir o requerimento do Adicional de Capital Principal (% dos RWA)	324,815
Mínimos Nacionais	%
Índice de Capital Principal (ICP), se diferente do estabelecido em Basileia III	0%
Índice de Nível I (INI1), se diferente do estabelecido em Basileia III	0%
Índice de Basileia (IB), se diferente do estabelecido em Basileia III	0,000%
Valores abaixo do limite para dedução (não ponderados pelo risco)	Valor (R\$ mil)
Valor agregado das participações inferiores a 10% do capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	0
Participações superiores a 10% do capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	0
Mortgage servicing rights	0
Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias, não deduzidos do Capital Principal	-1.265,24
saldo contábil Créditos Tributário	0,00
Limites à inclusão de provisões no Nível II	Valor (R\$ mil)
Provisões genéricas elegíveis à inclusão no Nível II relativas a exposições sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada	0
Limite para a inclusão de provisões genéricas no Nível II para exposições sujeitas à abordagem padronizada	0
Provisões elegíveis à inclusão no Nível II relativas a exposições sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem IRB (antes da aplicação do limite)	0
Limite para a inclusão de provisões no Nível II para exposições sujeitas à abordagem IRB	0
Instrumentos autorizados a compor o PR antes da entrada em vigor da Resolução 4.192, de 2013 (aplicável entre 1º de outubro de 2013 e 1º de janeiro de 2022)	Valor (R\$ mil)
Limite atual para os instrumentos autorizados a compor o Capital Principal antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	0
Valor excluído do Capital Principal devido ao limite	0
Instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	0
Valor excluído do Capital Complementar devido ao limite	0
Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	0
Valor excluído do Nível II devido ao limite	0

12 Patrimônio de Referência Exigido

Parcelas do Patrimônio de Referência Exigido - em R\$ Mil

	mar/19
Índice de Basileia %	18,23%
RWA _{CPAD}	375.941
CVA	-
RWA _{CAM}	306
RWA _{opad}	21.565
Requerimento capital Exigido (a)	397.811
Adicional de capital (b)	124.316
Requerimento capital Exigido (a) + Adicional Capital (b)	522.128
Patrimônio de Referência Nivel I	907.579
PRII	-
DEDUÇÕES	-
Parcela Pjur (1)	0
Parcela Pjur (2)	-
Parcela Pjur (3)	-
Parcela Pjur (4)	-
Parcela Pcam	-
Parcela Pcom	-
Parcela Pacs	-
Parcela Pacs	-
(-) Ativos diferidos	1.265
Rban-Risco de Mercado Carteira Banking	59.571
Margem sobre o PR (com RBAN)	324.615

O Banco DLL implementou a sua política de Gerenciamento de Capital, em consonância com a regulamentação baseado na Resolução CMN 4.557/17.

A Política de Gerenciamento de Capital tem como objetivo definir os papéis e responsabilidades das áreas envolvidas no que diz respeito às exigências de monitoramento do PRE e seu gerenciamento em relação às necessidades presentes e futuras de capital compatível com a natureza das operações, complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e a dimensão e exposição aos riscos nos mercados onde o DLL atua.

O Gerenciamento de Capital é um processo de gestão da empresa que envolve as seguintes funções:

- Monitoramento e controle do PRE e o do capital mantido pelo DLL;
- Avaliação da necessidade de capital frente aos riscos que o DLL está sujeito;
- Avaliação, monitoramento e planejamento das necessidades de capital em relação ao desenvolvimento e crescimento do negócio, considerando os objetivos estratégicos do DLL.

A Diretoria do DLL adota uma avaliação prospectiva para se antecipar às necessidades de Capital em decorrência das possíveis mudanças do mercado em função dos próprios objetivos de crescimento e apetite de risco.

Mensalmente calcula-se o Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das regulamentações do BACEN, monitorando para que o valor seja superior ao PRE, e acompanhando as necessidades de capital para, se necessário, ativar o processo de contingência.

Semestralmente faz-se um cálculo projetado (Plano de Capital) considerando o crescimento esperado das carteiras de crédito nos próximos três anos, projeções das fontes de recursos, bem como estimando impactos em outros riscos tais como de mercado, de liquidez e operacionais, identificando as necessidades de capital. Nas projeções são também estimadas as receitas e as despesas futuras, as quais formarão parte do capital e as expectativas de distribuição de dividendos aos acionistas.

As projeções estarão embasadas em dois cenários: um contendo o cenário provável e outro de estresse (em condições extremas de mercado - testes de estresse), avaliando os impactos no capital, conforme segue:

- Processo normal: seguindo as estimativas semestrais (Plano de Capital), é estabelecida a necessidades de capital para os períodos futuros e definido o momento no qual será preciso contar com novas injeções de capital;
- Processo de estresse / contingência: no momento que o índice de Basileia chega ao limite de 12,5% inicia-se a gestão de retorno à estratégia/meta de capitalização que pode envolver entre outros: aumento de capital, redução de ativos, ajuste do ritmo de crescimento, etc.

Os pressupostos para embasar os cenários serão definidos pela Área de Risco no que se refere a risco de crédito, risco operacional e risco de mercado. A Área de Tesouraria, por sua vez, definirá o risco de liquidez nos modelos apresentados e a Área Financeira criará as projeções correspondentes.

O DLL possui como diretriz primordial sempre dispor de capital suficiente para garantir a expansão e continuidade dos negócios. Em função disso estabelece uma meta de contar com um índice de Basileia determinado segundo o relatório de Solvência de 12%. O Diretor Responsável pode, a qualquer momento, sustentado pelas informações recebidas pela Área de Risco e em relação às previsões de volatilidade ou incertezas nos mercados onde o DLL atua submeter à aprovação da Diretoria o aumento ou redução da Meta estabelecida nesta Política.